



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PGR-00064083/2020

RECOMENDAÇÃO Nº 1/2020/PFDC/MPF

Referência: Procedimento Administrativo PA nº 1.00.000.003600/2020-26

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC – (Grupo de Trabalho Reforma Agrária), no regular exercício de suas atribuições institucionais, com base nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da CR, e nos artigos 5º, incisos I, alíneas “a”, “c” e “h”; II, alínea “d”; III, alínea “e”; V, alíneas “a” e “b”; e 6º, incisos VII, alínea “a” e “c”, e XX, da Lei Complementar 75/1993, bem como com fundamento no disposto na Lei 7.347/1985;

CONSIDERANDO que a liberdade de expressão é um dos mais importantes direitos fundamentais do sistema constitucional brasileiro, pois representa um pressuposto para o funcionamento da democracia, possibilitando o livre intercâmbio de ideias e o controle social do exercício do poder;

CONSIDERANDO que a liberdade de expressão protege simultaneamente os direitos daqueles que desejam expor as suas opiniões ou sentimentos e os do público em geral, ou seja, quando se proíbe uma manifestação qualquer, viola-se tanto a liberdade dos que são impedidos de exprimir as suas ideias, como também os direitos dos integrantes do público, que são privados do contato com pontos de vista que poderiam ser importantes para que formassem livremente as suas próprias opiniões;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

CONSIDERANDO que a MP 910/2019, que prevê ampla regularização fundiária, tem suscitado acirrados debates, por seu forte impacto no patrimônio público imobiliário, ambiental e social, e a própria comissão mista encarregada de seu exame tem promovido audiências públicas para melhor avaliação do conteúdo da medida;

CONSIDERANDO que, segundo notícia do Estadão¹, ocorreu no último dia 10 de fevereiro, na Câmara Municipal de Marabá, audiência pública para tratar da MP 910, ocasião em que servidora do INCRA, a geógrafa Ivone Rigo, informou ao secretário especial de regularização fundiária do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia, sobre problemas enfrentados no georreferenciamento das terras, uma das etapas da regularização fundiária;

CONSIDERANDO que, ainda segundo a notícia², o secretário especial dirigiu-se à servidora nos seguintes termos: “a senhora deveria se colocar no seu devido lugar e não vir pressionar o governo. A senhora não está aqui para pressionar o governo. A senhora é uma funcionária do governo, não está aqui para pressionar”; e que, no mesmo dia, encaminhou ofício à superintendência regional do Incra no sul do Pará, determinando a instauração de procedimento administrativo contra a mesma;

CONSIDERANDO que os servidores públicos não estão impedidos, nem pela Constituição, nem pela Lei 8.112, a participar de discussões públicas e informar ao público questões fundamentais pertinentes ao assunto em debate;

CONSIDERANDO que, ao contrário, temas de tamanha repercussão exigem que servidores técnicos e experientes apresentem sua percepção, de modo a facilitar o complexo processo de tomada de decisões, seja no âmbito do Executivo, seja no do Legislativo;

CONSIDERANDO que atitudes como a do secretário especial Nabhan Garcia, tanto no momento da audiência, como pela determinação de instauração de procedimento administrativo, têm o potencial de inibir outros servidores a participar, com o conhecimento acumulado no cargo, de debates que envolvam matéria pertinente aos seus órgãos ou instituições, com grave prejuízo para a democracia e para a República;

1 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-senhora-e-funcionaria-do-governo-nao-esta-aqui-para-pressionar-diz-nabhan-a-servidora-do-incra,70003202915>

2 Ibidem



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

CONSIDERANDO que o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, estabelece, dentre as suas regras deontológicas, que “toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação” (VIII);

CONSIDERANDO que esse mesmo Código veda o uso do cargo de modo a “permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores”;

CONSIDERANDO que a Comissão de Ética Pública constitui o órgão maior do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007);

RECOMENDA à Comissão de Ética Pública que ORIENTE toda a Administração Pública Federal e as Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2º do Decreto 6.029/2007 a (i) esclarecer que o exercício do cargo ou função no serviço público não retira aos seus titulares o direito de participar dos debates que envolvem a vida coletiva; (ii) informar aos servidores, da forma mais ampla possível, o direito à participação em debates públicos, principalmente naqueles em que seu conhecimento técnico seja relevante para o processo de tomada de decisões; (iii) impedir que procedimentos administrativos sejam instaurados pelo só fato da participação de servidores públicos em debates e reuniões públicas; (iv) alertar sobre condutas abusivas a partir da noção equivocada de hierarquia.

ADVIRTA-SE que a presente RECOMENDAÇÃO deve ser cumprida a partir de seu recebimento, sob pena das ações judiciais cabíveis, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e criminal individual de agentes públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Com fundamento no art. 6º da LC 75/93, parte final do inciso XX, o Ministério Público Federal fixa o **prazo de 10 (dez) dias** para que a Comissão de Ética Pública responda se acatará ou não a presente recomendação.

PUBLIQUE-SE no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Brasília, 20 de fevereiro de 2020.

DEBORAH DUPRAT
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR
Procurador da República
Coordenador do GT Reforma Agrária/PFDC

DANIEL MEDEIROS SANTOS
Procurador da República
Membro do GT Reforma Agrária/PFDC

MÁRCIA BRANDÃO ZOLLINGER
Procuradora da República
Membro do GT Reforma Agrária/PFDC

PATRÍCIA DAROS XAVIER
Procuradora da República
Membro do GT Reforma Agrária/PFDC

RAPHAEL LUÍS PEREIRA BEVILÁQUA
Procurador da República
Membro do GT Reforma Agrária/PFDC

SADI FLORES MACHADO
Procurador da República
Membro do GT Reforma Agrária/PFDC

THALES CAVALCANTI COELHO
Procurador da República
Membro do GT Reforma Agrária/PFDC

ALEXANDRE APARIZI
Procurador da República em Marabá



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00064083/2020 RECOMENDAÇÃO nº 1-2020**

.....
Signatário(a): **THALES CAVALCANTI COELHO**

Data e Hora: **20/02/2020 12:39:50**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **SADI FLORES MACHADO**

Data e Hora: **20/02/2020 12:37:49**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA**

Data e Hora: **20/02/2020 12:40:32**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **DANIEL MEDEIROS SANTOS**

Data e Hora: **20/02/2020 13:55:25**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **JULIO JOSE ARAUJO JUNIOR**

Data e Hora: **20/02/2020 12:31:37**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARCIA BRANDAO ZOLLINGER**

Data e Hora: **20/02/2020 12:37:41**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 5825FEB7.FB32B843.777FA213.8C6B8081